

# **O delirium tremens do Império português**

## **Delirium tremens in the Portuguese Empire**

*Tiago Luís Gil*

CURTO, José C. *Álcool e Escravos: o comércio luso-brasileiro do álcool em Mpinda, Luanda e Benguela durante o tráfico atlântico de escravos (C.1480-1830) e o seu impacto nas sociedades da África Central Ocidental*. Lisboa: Vulgata, 2002.

O corpo do Império Luso demandava grandes quantidades de álcool. Ao longo de seus quatro séculos de existência, o complexo ultramarino português envolveu, em sua reprodução diária, doses generosas de cachaça e outras águas ardentes, além de quantidades faustosas de variados vinhos. Estreitamente relacionado com este consumo estava o comércio de almas africanas, um dos pilares de sustentação de uma metrópole embriagada pelas relações de poderes mais diversos níveis.

As primeiras embarcações que chegavam aos lugares da África já vinham carregadas com vinho, dupla-

mente utilizado como lastro para a embarcação e base alimentar dos marinheiros. O consumo nas viagens era alto: 1,25 litros diários *per capita*. Na África Central Ocidental pré-contato, contudo, a realidade era bem distinta. Ainda que as sociedades ali existentes dispusessem de bebidas alcoólicas, seu consumo era baixo e regulado pelo estatuto social. A elite se reservava o direito à embriaguez, como uma forma de distinção.

A tese de José Curto tem algo de moral. Sugere que a interferência europeia ao longo dos séculos criou um problema novo para aquela sociedade: o alcoolismo. Se o autor inicia falando do consumo regulado de embriagantes nas sociedades da África Ocidental, antes do contato com os europeus, conclui com alguns comentários de médicos que, no início do século XX, apontavam o excessivo consumo de bebidas entre os angolanos e os problemas so-

ciais advindos desta prática. A impressão que fica é que uma mesma sociedade, homogeneamente mantida pelos séculos, foi maculada pela ação degradante dos gananciosos portugueses.

Esta imagem, contudo, é matizada ao longo do livro. Para além do consumo de álcool, é no tráfico de escravos que as ambições européias e africanas se aproximavam. O autor demonstra claramente a participação assídua e interessada da elite africana naquele mercado. E, neste mesmo trato, as bebidas alcoólicas tinham um papel importantíssimo como meio de troca. No estudo deste papel está a parte mais substancial da obra de José Curto.

Esta obra é uma versão da tese de doutorado defendida por Curto em 1997, na UCLA. Trabalhando em arquivos portugueses, angolanos e brasileiros, o autor pôde coletar uma significativa quantidade de documentos. O cruzamento de dados realizado foi fundamental para dirimir a escassez de fontes um sério problema para os historiadores que é ainda mais grave para a história da África.

A edição leva o prefácio de Alfredo Margarido que merece um comentário, dada a sua peculiaridade. Esta abertura, estranhamente,

desqualifica o livro, apontando inúmeras falhas e insuficiências em observações secas e, muitas vezes, injustas. Sugere a ingenuidade do autor e aponta para a “manipulação fantasista dos documentos e números” feita por conhecidos historiadores citados na obra. Ao final do prefácio, o leitor terá dúvidas sobre a seriedade do trabalho. A leitura do livro desmente esta imagem: trata-se de um trabalho feito com dedicação, embasado por grande quantidade de fontes e por um tratamento rigoroso, ainda que pouco tenha a acrescentar em termos de discussão teórica. É muito mais panorâmico do que analítico.

A obra inclui, ao final, uma grande quantidade de estatísticas, que são examinadas ao longo do livro (o que, aliás, é uma característica das teses norte-americanas, nas ciências humanas). O próprio autor ressalta que a quantificação, *per se*, não tem sentido. A maior parte dos dados que apresenta diz respeito ao movimento de importação e exportação de Luanda. Com estas informações, foi possível medir a importância da bebida no tráfico de escravos e seus inúmeros significados na vida daquela sociedade, ao longo do período proposto. Além destas estatísticas, também são utilizados

diários de viagens de missionários, registros de contas de comerciantes, relatórios governamentais, tradições orais, entre outros.

Ainda no início do livro é colocado o problema do caráter das fontes. Segundo o autor, uma crítica constante ao uso dos documentos por ele utilizados é seu etnocentrismo. Por serem produzidas por europeus, em seus idiomas, seriam sempre unilaterais, manifestos de uma visão eurocêntrica. Curto questiona tal pensamento, valendo-se da análise de Robin Law, afirmando que tais fontes, ainda que europeias, eram feitas a partir de informantes africanos, o que faria delas fontes “internas” de segunda mão. Acaba afirmando que desprezar tais evidências seria tão “míope” quanto ignorar as fontes orais em estudos de história da África.

Parece claro que o autor desvirtua a discussão. Quando poderia apresentar a forma como procedeu para safar-se do eurocentrismo, acaba apenas criando uma oposição entre usar ou não os documentos, opção impensável, dada a escassez de fontes apontada pelo próprio autor. Apenas indicar a importância dos documentos em línguas europeias para a história da África não elimina o problema da perspectiva marcada-

mente europeia presente nestas fontes. Observando a mesma realidade, as formas de descrevê-la seriam muito diferentes para um africano e um europeu e, certamente, havia uma significativa distância entre os aparatos discursivos utilizados por aquelas duas sociedades. Isso, longe de ser uma distração, tem sua razão de ser. Há diversos momentos na obra que apontam um leve tom eurocêntrico do autor.

Talvez o ponto mais alto do livro seja também aquele onde fica melhor expressa esta postura. No Capítulo 5, que é dedicado ao conflito entre lusos e brasileiros pelo controle do fornecimento de álcool para Luanda, o autor analisa, com muito cuidado, a disputa entre a geribita (cachaça brasileira) e o vinho português como principais produtos para troca por escravos em Angola. Para tanto, diferencia os “comerciantes coloniais brasileiros” dos “capitalistas mercantis portugueses”, sem fazer a menor discussão sobre o uso destes termos, carregados de significados, agravado pelo fato de não apresentar diferenças claras entre os dois tipos de negociantes, salvo uns negociarem geribita e outros, vinho. Uma atribuição aparentemente evolucionista e etnocêntrica, que sugere um maior desenvolvimento português.

Mesmo sendo meros “comerciantes coloniais”, os traficantes de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro (principais praças que negociavam com Angola) acabaram superando os portugueses no acesso aos escravos, em meados do século XVII, logo após a expulsão dos holandeses. Ao longo do texto, todavia, fica a impressão de que a grande causa do triunfo dos “brasileiros” nesta disputa foi a mercadoria, a geribita. Segundo Curto, o fato de tal bebida ser mais apreciada pelos africanos, além de ser mais barata, foi a grande razão do sucesso dos brasileiros. A agência humana fica em segundo plano, frente à competência de suas próprias mercadorias.

Diante da supremacia dos colonos “brasileiros”, o Rei determinou, em 1679, a proibição da cachaça e da sua exportação do Brasil para Angola. Curto entende esta proibição como uma tentativa de retomada da economia metropolitana, que estava fragilizada. Ao final do século, e após muitas recomendações do Conselho Ultramarino, o Rei a revoga. O autor aponta a demora na revogação desta “lei anacrônica”, que permitiria a continuidade de um negócio que nunca deixou de existir, através do contrabando. A disputa pela revogação da lei, que du-

rou décadas, estava provavelmente matizada pelas redes de relacionamentos existentes na política do Império Português. Esta perspectiva, que não é explorada pelo autor (o qual prefere indicar certa deficiência da administração lusa) poderia render bons frutos.

Um dos pontos mais sensíveis do trabalho consiste em matizar as diferentes regiões que participavam do negócio de bebidas e escravos. Ainda que a maior parte da análise diga respeito à oposição entre comerciantes coloniais brasileiros e capitalistas comerciais portugueses, há, em inúmeras passagens, a referência detalhada à origem dos mercadores, especialmente os do Porto, Lisboa, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro. Este último, em particular, é pontualmente analisado quando o autor se detém sobre o século XVIII, época da hegemonia destes mercadores no comércio de escravos na África Central Ocidental.

O livro, todavia, não é apenas uma história de vendedores de bebida. Ele se preocupa, também, com os significados do álcool em solo africano. Além de serem extremamente importantes como produto de troca no comércio de escravos, as bebidas alcoólicas também eram utilizadas nas trocas de presentes, em

cerimônias religiosas, como forma de pagamento e no “adoçamento” das relações entre negociantes e autoridades luso-brasileiras com elites e mercadores locais. Além de ser um excelente vetor de relações, o álcool também era uma das poucas diversões disponíveis para a população de Luanda, na maior parte do século XVIII, além de ter sido utilizado, durante muito tempo, como elemento de distinção social.

Tanto luso-brasileiros quanto africanos utilizavam bebidas em suas dádivas. Antes mesmo da chegada dos europeus, os africanos já apresentavam com a cerveja local (walo) ou o “vinho de palma” (malawu), que eram também consumidas em diversas oportunidades, especialmente em celebrações públicas. Por outro lado, também os portugueses utilizaram deste expediente para todo o tipo de situação. Nos primeiros contatos travados com os africanos, o vinho já era moeda corrente no jogo da reciprocidade. Em meados do século XVII esta prática passou por sensíveis transformações. A geribita conquistou o gosto dos africanos que passam a exigir sempre uma prestação desta bebida para dar vazão aos negócios e alianças, especialmente àquelas relacionadas ao tráfico humano.

Nestes termos, as bebidas alcoólicas também foram amplamente utilizadas nos sertões de Angola pelos missionários católicos. O vinho não corria apenas na celebração eucarística, mas também nos acertos entre os padres e as lideranças locais, que permitiam, assim, a catequese dos nativos. Curto destaca a importância que o vinho teve na criação de laços entre os religiosos e os grupos locais para a criação de um proselitismo religioso.

O autor aponta que, já na segunda metade do século XVIII, era comum o uso de geribita como forma de pagamento por “serviços coloniais”, como a exploração de minas, salinas e caieras, em diversas partes dos territórios portugueses. Ele ressalta que não apenas os trabalhadores eram recrutados através da bebida e outros bens, mas igualmente os dirigentes políticos associados àqueles obreiros eram “recompensados” pelo fornecimento da mão-de-obra necessária. Era uma forma de adoçar as relações entre os administradores lusos e as elites locais, prática amplamente utilizada na conquista. Do mesmo modo, era comum que os encontros de negócios, especialmente os relacionados ao tráfico de escravos, fossem regados a vinho ou cachaça. Segundo Curto, os tra-

ficantes luso-brasileiros percebiam na embriaguez de seus interlocutores africanos uma oportunidade de barganha e, por isso, sempre ofereciam grandes quantidades de bebida aos seus parceiros comerciais. Aqui fica clara uma outra análise eurocêntrica: os nativos eram fáceis de enganar em negociações comerciais, cedendo facilmente a alguns goles de cachaça.

O livro também se preocupa com o consumo do álcool nos núcleos urbanos, especialmente Luanda. Segundo o autor, as tavernas, onde era servida a cachaça, eram alguns dos principais espaços de diversão naquele porto. Os dados apresentados são reveladores: dividindo o total de habitantes de Luanda pelo número de tabernas, constata-se que havia um destes estabelecimentos para cada trinta habitantes, em inícios do século XIX, enquanto que no Rio de Janeiro, no mesmo período, a proporção, mais modesta, era de uma para cada cento e trinta moradores.

*Álcool e Escravos* ainda tem outros problemas menores. É bastante repetitivo (descreve a forma como os portugueses manipulavam o vinho, com o acréscimo de água para

render, em quatro vezes, ao longo da obra), além de apresentar cálculos criticáveis, especialmente quando observa as taxas de lucro obtidas no comércio de escravos. Obtendo valores muito elevados, o autor os reduz pela metade, sem ficar muito claro o critério utilizado para tal procedimento. Ele afirma que, assim, estariam incluídas as despesas normais e extraordinárias do tráfico, mas não menciona que tipos de gastos seriam estes, que poderiam comprometer metade dos lucros.

O maior problema da obra, sua postura etnocêntrica, não chega a comprometer o conjunto do trabalho, ainda que seja importante ressaltar sua presença aos seus futuros leitores. O livro, que vem somar-se à historiografia internacional sobre a África, mais especificamente sobre Angola, tem um significado maior: é importante para o próprio entendimento da economia do Império Português contribuindo, ao mesmo tempo, para a compreensão da economia colonial brasileira, principalmente no que diz respeito ao comportamento de suas elites.